



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1977

ANO III

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 132/77 ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1.978.

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 132/77 PROPOSTA DE ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 1978.

1. Cumprindo preceito Constitucional e sob as determinações contidas na lei n.º 4.320/64 e demais dispositivos aplicáveis à matéria, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado encaminha a esta Assembléia Legislativa, Mensagem Governamental n.º 114/77 que trata do Projeto de Lei de Orçamento Programa Anual do Estado, referente ao Exercício de 1978.

Incorpora, ainda, uma série de informações adicionais, destinadas a facilitar a perfeita interpretação da programação governamental. (sic)

2. DA RECEITA E DA DESPESA.

A Receita estimada e a Despesa fixada para o exercício financeiro de 1978, é da ordem de Cr\$ 18.410.460.000,00 (dezoito bilhões, quatrocentos e dez milhões, quatrocentos e sessenta mil cruzeiros), o que denota uma elevação percentual de 52,8% sobre a programação orçamentária do ano anterior.

A Receita deverá ser realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, com as receitas de recolhimento centralizado, desdobradas em: receitas correntes e de capital, sendo que as primeiras compreenderão as receitas tributárias; patrimonial; industrial; diversas; e as transferências correntes, enquanto que as outras abrangerão as operações de crédito; alienação de bens móveis e imóveis; e as transferências de capital.

Quanto às receitas de recolhimento descentralizado, que excluem as transferências do Tesouro do Estado, desdobram-se em receitas correntes e de capital, que, acrescidas às demais, perfazem a estimativa total da arrecadação estadual para o próximo exercício financeiro.

No que respeita à Despesa, essa tem a sua realização programada e discriminada por fontes de recurso e por órgãos, na forma dos demonstrativos por fontes de recursos conforme as categorias econômicas; por funções e categorias econômicas; por programas e fontes de recursos; por programas e categorias econômicas e demais itens previstos e constantes do anexo II do Projeto de Lei.

3. DO MÉTODO DE ELABORAÇÃO

Seguindo os ditames legais, o presente Projeto de Lei, com seus anexos, procurou utilizar metodologia de grande simplicidade, demonstrando a necessidade da integração PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO no Governo moderno, utilizando a Lei de Meios como instrumento efetivo de planejamento, e mais ainda, indicando as formas de acionar com praticidade esse sistema integrado.

Assim, se aprovado esse plano de Lei, nosso orçamento passará a exercer importante papel no sistema administrativo, vez que se transforma, também em instrumento de planejamento, direção e controle da administração pública, com função ainda na esfera política e administrativa, combinadas às funções financeira e econômica.

No que tange ao aspecto puramente formal de sua elaboração, encontra-se o mesmo consentâneo com todos os pressupostos legais que atualmente disciplinam sua feitura.

4. DAS EMENDAS

Aberto o prazo regimental para o oferecimento de emendas, foram apresentadas em número de vinte e quatro tendo sido publicadas, como determina o Regimento Interno, dentro do prazo legal, em Avulso do Diário da Assembléia, datado de 27 de outubro de 1.977.

Todas as Emendas apresentadas foram recebidas pela Comissão, sem que nenhuma sofresse rejeição liminar.

Isso posto, passo a apreciá-las:

EMENDA N.º 1 — De autoria do nobre Deputado Waldenício Barbalho, propõe que o enunciado programático EDIFICAÇÕES PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA, tenha modificada a sua redação original, para acrescentar no bojo de seu texto a expressão "ATRAVÉS DE CONTRATO COM A EMOPAR", visando "dar cumprimento à expressa determinação legal", visto entender o nobre parlamentar que a Lei n.º 6.741/75 que autorizou a constituição da Empresa de Obras Públicas do Paraná, subordina àquela empresa, todo o planejamento, organização, promoção e direção de projetos, construções, reparos, ampliações, conservação e manutenção de prédios públicos.

Sem dúvida, feliz a intervenção do nobre parlamentar que, com esta Emenda, procura dar cumprimento a preceito legal, já utilizado pelos demais poderes.

EMENDA N.º 2 — Também de autoria do ilustre Deputado Waldenício Barbalho, com o mesmo fundamento, pretende a inclusão das mesmas expressões no enunciado programático EDIFICAÇÕES PARA O TRIBUNAL DE CONTAS.

Ociosos seria tecer maiores comentários, visto tratar-se da mesma matéria e do mesmo mérito.

EMENDAS N.ºs 03, 07, 08, 09, 18, 20 e 21: — de autoria, respectivamente dos senhores Deputados Lineu Turra, Antônio Facci, Fidelcino Tolentino e Accioly Neto, estabelecem a inclusão no Código 3.702.16885312.851, na Unidade: Gabinete do Secretário, Entidades Vinculadas da Secretaria de Estado dos Transportes, de trechos de estradas especificadas, naquele plano de obras.

Ora, verifica-se, cabalmente, que o plano apresentado pelo Chefe do Poder Executivo, respalda-se em recursos já programados para a construção das estradas, no Projeto de Lei, discriminadas, inclusive com um total geral de Cr\$ 3.098.520.000,00.

Acrescentar-se outras estradas ao plano, seria inviabilizá-lo pois aumentaria a despesa ali estimada, ou, quando não, impediria que algumas estradas ali constantes deixasse de ser realizada com a conseqüente construção das ora pretendidas. Não é de se esperar que os nossos nobres pares queiram atender algumas regiões, em detrimento de outras, motivo por que, nos manifestamos contrariamente ao pretendido.

EMENDA Nº 04 — De autoria do digno Deputado Accioly Neto, preconiza a instalação da Fundação Universidade Estadual do Litoral, em Paranaguá, dotando-a de verba para esse fim.

É de ser notado, que essa Fundação ainda não foi criada e, portanto, inexistindo a Entidade, não há como dotá-la, de verba para a sua instalação.

EMENDA Nº 05 — De autoria do nobre co-relator deste Projeto de Lei, propõe a interiorização do Corpo de Bombeiros em mais um município, além dos dois já previstos.

Louvável a iniciativa do ilustre Deputado Antônio Facci. No entanto, face às razões expendidas na apreciação das Emendas de nos. 03, 07, 08, 09, 18, 20 e 21, sendo a dotação fixada para a interiorização o Corpo de Bombeiros em dois municípios, a inclusão de um terceiro, determinaria, sem dúvida, a paralização das obras de um dos outros, por absoluta ausência de recursos.

EMENDA Nº 06 — De autoria do nobre Deputado Antônio Facci Facci, propõe a presente Emenda a construção e equipamento de um Hospital na sede do Município de Paissandú, adotando como recurso o previsto pelo Código 2301.07401832.335, na unidade: Encargos Gerais do Estado, subordinada ao órgão: Administração Geral do Estado.

Da leitura atenta do enunciado programático notamos que aqui se visa atender, com apoio financeiro, os projetos e atividades que apresentam no decorrer do exercício, insuficiência de recursos, ou cujas despesas não foram previstas na programação dos diversos órgãos Estaduais, bem assim, promover o pagamento do pessoal em disponibilidade e das subvenções financeiras e assistenciais, concedidas pelo Governador do Estado. Desse exame, conclui-se com facilidade que o pretendido pelo ilustre subscritor da emenda, refoge totalmente da esfera planejada neste enunciado.

EMENDA Nº 10 — De autoria do nobre Deputado Enéas Faria, pretende com ela a supressão do Art. 8o. da Lei Orçamentária.

O Art. 8o. autoriza o Poder Executivo a tomar medidas com vistas à compensação entre fontes e recursos ordinários e vinculados que custeiam os programas de trabalhos, quando diferirem da previsão.

A autorização que se pretende aqui deverá ser dada pela maioria dos integrantes da Assembléia Legislativa. Se assim não entenderam os Senhores Deputados, rejeitarão o pedido, motivo pelo qual descabe a Emenda.

EMENDA Nº 11 — De autoria do ilustrado Deputado Enéas Faria, pretende que o Poder Executivo, a cada vez que necessite tomar medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita e que pretenda realizar operações de crédito embasado no Art. 37 da Constituição e na Lei no. 4320/64, ouça a Assembléia Legislativa.

A autorização que é dada nos moldes do comentário oferecido à Emenda anterior visa tão somente a economia do pro-

cesso Legislativo, e praticabilidade do manejo orçamentário. Descabe aqui, também a Emenda.

EMENDA Nº 12 — De autoria do nobre Deputado Antônio Facci, tenciona a supressão da expressão "e outros" contida no enunciado programático do código 2301.07391831.336, dos Encargos Gerais do Estado, da Administração Geral do Estado.

Não deve prosperar o intento, pois a expressão ali colocada serve à designação de outros serviços básicos de infraestrutura e não há como ser entendida de outra maneira, não havendo modo de ser interpretada dubiamente.

EMENDA Nº 13 — De autoria do nobre Deputado Antônio Facci, como a anterior, prescreve a supressão da expressão "entre outras", contida no enunciado programático do Código 3702.16885312.851.

Deve ser repelida a iniciativa, pois se acatada retirará ao Poder Executivo a flexibilidade necessária ao prosseguimento normal de seu plano de obras de acordo com a praticabilidade e a conveniência da administração.

EMENDAS Nºs 14 e 15 — De autoria do ilustre Deputado Antônio Facci, pretende dar valor à atividade da dotação da Secretaria de Educação e Cultura, através seu Departamento de Assuntos Universitários - Entidades vinculadas, no código 2511.08442052.400, diminuindo o da Universidade Estadual de Londrina e aumentando o da Universidade Estadual de Maringá.

De acordo com as normas que regem a elaboração da Lei de Meios, as Entidades vinculadas remetem ao Órgão Central de Orçamento as suas pretensões financeiras, comprovadas, em tempo hábil para serem incluídas na proposta orçamentária.

Assim procederam ambas as Universidades e não vimos porquê aquinhoar com mais que solicitou e comprovou menos, e vice-versa.

Por outro lado, deve ser levado em conta que a Universidade de Londrina, abriga em sua fundação, maior número de faculdades e alunos do que a sua congênere de Maringá, necessitando, ipso facto, de maiores recursos para sua manutenção.

EMENDA Nº 16 — De autoria do nobre Deputado Antônio Facci, como em outra anterior, pretende seja suprimida a expressão "e outros",

Esta designação serve a outros Fundos de Ensino que não o Fundo Estadual de Ensino, não podendo ser suprimida, pois isso feito, desvirtuaria a real finalidade contida neste enunciado.

EMENDA Nº 17 — De autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, prevê a inclusão da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL, no Código 2301.07401832.335, da Administração Geral do Estado na Unidade Encargos Gerais do Estado.

Ou, a entidade anunciada pelo ilustre subscritor ainda não foi legalmente criada, e aí caberia a argumentação utilizada quando da apreciação da Emenda no 04, ou, existindo regularmente, deixou de enviar em tempo hábil ao Órgão Central de Orçamento sua programação financeira para o exercício de 1978.

Em ambos os casos, não poderia ser atendida nesta dotação, pois sua inclusão fugiria aos pressupostos deste enunciado.

EMENDA Nº 19 — De autoria do digno Deputado Enéas Faria, que pretende autorização legislativa para abertura de créditos suplementares até o limite de 30 por cento sobre o total orçado para a despesa do exercício.

Reportamo-nos à argumentação expendida quando da

análise das Emendas nos 10 e 11, pois a autorização que se aconselha dar, ouvida a Assembléia Legislativa, é neste Projeto solicitada.

EMENDAS Nºs 22, 23 e 24 — Oferecidas pelo ilustre parlamentar Deputado Valter Pietrângelo, preconizam iniciativas que escapam da esfera de aplicação dos enunciados apontados, vez que, instalação para atendimento de menores seria da competência de Secretaria de Saúde e Bem Estar Social; as Escolas Profissionais pertenceriam a alçada da Secretaria de Educação e Cultura e os Escritórios do IAM, se não previstos, obedeceriam ao programa destinado ao Instituto de Assistência ao Menor da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

5. — CONCLUSÃO

Tudo bem visto e examinado, e diante do que foi exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei em seu texto original, bem como as Emendas nos 1 e 2 a ele apresentadas, votando pela rejeição das demais.

É o nosso PARECER.

Sala das Comissões, em 08 de novembro de 1977.

(aa) Deputado JORGE SATO — Presidente
Deputado EGON PUDELL — Relator
Fuad Nacli — Francisco Escorsin
Antônio Facci — Contrário
Domício Scaramella — Contrário
- Deni Schwartz — Voto vencido

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 132/77

I — INTRODUÇÃO

O estruturalismo, defendido por Max Weber, tem como preocupação precípua que "a questão central de uma organização é como controlar os participantes, a fim de elevar ao máximo a eficiência e a competência, no sentido de reduzir ao mínimo a infelicidade provocada pela necessidade de controle".

As organizações possuem regras, criam normas e por si só, as fazem prevalecer, atentando para que seja conhecida sua estrutura e os meios organizacionais, a fim de não manter o participante dependente e alienado, em virtude de seu conformismo.

Dentro destes ditames, o Poder Executivo enviou a esta Casa, Mensagem que trata do programa de governo para o ano de 1978, solicitando a nossa aprovação.

A nós é dado a honra de emitir parecer, que, em nada ou quase nada irá modificar o instrumento mais importante da Administração Pública, pois os planos foram traçados, os montantes alocados, a autorização solicitada e a execução definida.

Infelizmente, a Proposta Orçamentária ora apresentada, embora legal, não enseja um conhecimento mais claro para o exercício da capacidade legisferante deste Poder. A crítica não é só nossa, pois, assim já entenderam os Representantes Populares no Congresso Nacional.

Das três fases principais do Processo Orçamentário: AUTORIZAR, EXECUTAR E CONTROLAR, cabe ao Poder Legislativo participar em duas, ou seja, autorizar e controlar, mas, por falta de informação são elas relegadas, prevalecendo somente a execução através do Poder Executivo.

A ação governamental é contínua, e a nós só é dado rever o planejamento de execução em períodos determinados, isto é, ao fim de cada exercício, embora desconhecendo as verdadeiras prioridades pela utopia dos enunciados programáticos.

Por isso, protestamos pela forma como nos é apresentada a proposta de governo para o ano de 1978, por não nos confor-

marmos com este estado de coisas, e apesar de admitirmos as regras da organização, não abrimos mão de discutí-las em qualquer época, embora reconhecendo que pouco ou nada mudou nestes três anos que aqui estamos cumprindo mandato popular.

O Orçamento é tido como um processo típico de tomada de decisões e portanto é expressão contínua de entendimentos políticos, através dos quais se irá definir quem, quanto, quando e como recebe do governo. Sendo variadas suas finalidades, constitui o Orçamento um fenômeno complexo, passível de exame conjunto e interdisciplinar como entende Getúlio de Carvalho, Professor da Fundação Getúlio Vargas.

Ora, se é o Orçamento um instrumento eminentemente político e principal documento de ação governamental, a nós cabe o dever de autorizar, acompanhar e controlar as atitudes de quem o executa, em nome daqueles que representamos.

As regras estão postas, e pretendemos utilizá-las no sentido de valorização deste Poder, a fim de não sermos qualificados de menos Legislativo e menos Representante Popular.

Se manusearmos a Lei, que é a parte primordial da Proposta Orçamentária, verificamos que a maioria dos artigos são de autorização, de poderes e atribuições, restando somente o lamento de ver o Poder Legislativo esvaziado e carente de ações.

Só num artigo autorizamos o Chefe do Poder Executivo a desmembrar um orçamento paralelo com mais de cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros, para distribuir de acordo com sua conveniência, pondo por terra o planejado, e encobrindo o próprio controle por falta de acompanhamento. Ressalte-se ainda, que esta autorização é superior ao orçamento de muitos estados da Federação, melhor comparado, ela equivale a mais de vinte e nove (29) orçamentos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **Diante disso, de que maneira poderemos estar a discutir as migalhas do nosso próprio orçamento, se nos predispomos a atribuir excessos de poderes para quem já nos despojou de muitos.**

Já se falou, até que não temos estrutura para determinar o acompanhamento para um melhor controle da ação governamental; mas, isto chega a ser até alienante, pois se nos propusermos a reconhecer as nossas falhas, devemos utilizar de meios para saná-las, já que somos o próprio Poder Legislativo.

Se nada disto é válido, então reconhecemos a nossa principal vergonha sem determinar qual a regra moral para alcançarmos a virtude. Só não é possível nos auto-apiedarmos e continuarmos a pregar o esvaziamento do Poder Legislativo "conditio sine qua nom" da Democracia, mesmo que relativa.

II — A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1978

Cada vez que nos propomos avaliar a importância dos vários programas de uma mesma função, encontramos diversos empecilhos ao analisar os custos e benefícios, e aí não nos atemos dentro de uma mesma função passando a compará-la com as diferentes funções do governo.

Assim ao enquadrarmos a programação do Sr. Governador, constatamos que a prioridade é dada ao transporte, pois os gastos nesta função foram aumentados em torno de 72 por cento, e que só ela vai desencadear uma despesa de 24 por cento do total previsto de arrecadação. Mas é a função de transporte é mais importante e a mais carente para o Estado do Paraná? Admitimos que sim. Mas será o rodoviário, como prevê o planejamento governamental o mais racional? Aqui devemos pausar o nosso pensamento.

Os planos maiores, tanto Federal como Estadual (II PND e Objetivos e Metas de Desenvolvimento) traduzem o escopo de que o objetivo é o homem, é ele o fim e não o meio. Será que o paranaense tem como necessidade maior a de se locomover? Ou somos mais carentes de Educação, Energia, Distribuição de Riquezas, ou mesmo de um "modus vivendi" mais condigno?

O objetivo é o homem; mas, o social ou o econômico?

O próprio Governo Federal entendeu que determinados planos mesmo com a intenção de objetivar o bem estar do homem, vieram ao contrário, trazer impedimentos ao desenvolvimento social, pois determinaram excesso de concentração de riqueza, e, conseqüentemente, empobrecimento de muitos. E hoje já se escuta vozes mais fortes em defender uma melhor participação de todos nas riquezas de tal monta que o próprio Sr. Presidente alerta e determina estudos para que haja, o mais breve possível, uma melhor participação, enfim, um melhor padrão de vida. Assim, reclassificou o funcionalismo federal, injetou certas alterações no sistema do BNH, acelerou os mecanismos do PIS e PASEP, reestruturou o sistema previdenciário, tudo isto na tentativa de ensinar melhor conjuntura de vida do homem. Nem tudo deu certo, mas houve tentativas.

E aqui no Paraná, o que se fez para o homem? Mesmo sendo benéficos, não encontramos nada, só se fez COM O HOMEM. O Homem foi um meio e ficou longe de ser um objetivo. O próprio funcionário, envelhecido, desiludido, mal pago, desesperançado, vê que o Sr. Governador, em sua mensagem de proposta orçamentária para 1978, não trouxe nenhum alento, e, pelo contrário, as obras terão prioridades; os asfaltos, as construções, os móveis, as inversões são mais úteis que a manutenção de um quadro condigno de funcionários. Uma mesa de executivo comissionário vale mais que um vencimento mensal de um advogado, muito mais que um professor, que um engenheiro, um administrador, um economista, enfim que o homem, pois o que vale é investir, mesmo que corramos, célere, para não termos com quem investir. Assim o Sr. Governador prevê que em 1978, com Pessoal e Encargos Sociais na Administração Direta, se gastará 37,5 por cento a mais do que foi previsto para o presente exercício. De total orçado, somente 34,6 por cento se gastará com o homem a serviço da Administração, isto é bem baixo do limite constitucional. E na mensagem nenhuma palavra de alento, ou melhor, como vimos, um empurrão a mais para o desespero.

A proposta aumentou em 52,8 por cento sobre a despesa reestimada para 1977, mas superou em mais 58,5 por cento sobre o montante orçamentário previsto no ano passado. Numa rápida análise veremos que somente três funções superam os índices supra citados, isto é, percentualmente **aumentaram mais que o global: 1 — Habitação e Urbanismo (610,3 por cento); 2 — Desenvolvimento Regional (114,9 por cento) e 3 — Transportes (71,5 por cento).**

O aumento na função de Habitação e Urbanismo é explicado na mensagem como sendo a determinante da vinculação de transferências federais e do adicional restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis.

O Desenvolvimento Regional visará das prioridades para diminuir as diferenças entre as regiões, contudo, não encontramos de como se fará tais investimentos.

Em transportes, visa a construção de uma estrutura rodoviária adequada ao escoamento da crescente produção agropecuária e a integração inter-regional, como justifica a mensagem governamental. Menciona ainda a participação de recursos de Agências Internacionais de Crédito, para a página número 377 enunciar: "E ainda com a participação financeira do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, objetivando...". Mas em tudo isto, não conseguimos saber com quanto o BID participará, e quando.

Nota-se que as análises são superficiais e nos é impossível somente com o estudo da Proposta, determinar as particularidades da execução orçamentária por nos faltar dados e contínuo acompanhamento.

III — ANÁLISE DAS EMENDAS

EMENDAS Nºs 1 e 2 — Devido a existência da EMOPAR, órgão específico de execução de obras públicas e cuja criação foi aprovada por esta

CASA, nada mais justo, que as emendas obtenham nosso acatamento.

EMENDAS Nºs 3, 7, 8, 9, 18, 20 e 21 — As emendas acima enumeradas, visam incluir na programação da Secretaria dos Transportes, a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem, trechos não constantes da Proposta e que são consideradas por seus autores, como necessários à ampliação da política de transportes rodoviário de nosso Estado.

Devemos levar ainda em conta que, do total estipulado em Cr\$ 3.098.520,00 (três bilhões, noventa e oito milhões, quinhentos e vinte mil cruzeiros), para a realização de tais obras, o Governo do Estado contará com a participação financeira do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Como não consta no enunciado programático o valor específico de cada obra nada mais justo que o legislador, como legítimo representante do povo e conhecedor das necessidades das regiões que representam, participe da elaboração do plano rodoviário. Assim sendo, somos pela aprovação das emendas que acabamos de comentar.

EMENDAS Nºs 4, 6, 17, 22, 23 e 24 — As presentes emendas visam incluir na Administração Geral do Estado, em sua unidade - Encargos Gerais, no código para atendimento a projetos e atividades especiais, e cujas despesas não foram previstas na programação dos diversos órgãos estaduais, possibilidades de atender atividades não constantes da Proposta Orçamentária, razão pela qual, somos favoráveis à aprovação.

Ainda, na Administração Geral do Estado, temos a apreciar a emenda nº 12 que visa suprimir a expressão "e outros", pois no nosso entendimento, tal expressão não se coaduna com orçamento-programa. Pela aprovação.

Na mesma linha de raciocínio, nos manifestamos favoravelmente às emendas nºs 13 e 16 que visam suprimir as expressões "entre outras" e "e outros", respectivamente.

EMENDAS Nºs 14 e 15 — As presentes emendas visam dar igualdade financeira às Fundações Universidade Estadual de Londrina e Maringá, uma vez que se trata dos dois maiores centros universitários do Norte do Paraná. Não é admissível pois uma disparidade de tratamento entre ambas. Pela aprovação.

Finalmente temos a analisar, as emendas de nºs 11, 19 e 10, que serão a seguir comentadas:

EMENDAS Nºs 11 e 19 — A Lei 4.320/64 ao autorizar a abertura de "créditos suplementares e especiais" condiciona a existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa a qual será sempre precedida de exposição justificativa o que não ocorreu na proposta.

O Art. 42 da mesma lei, prevê que "os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decretos executivos". A Pré-autorização, impedirá o conhecimento efetivo da execução orçamentária prerrogativa indelegável ao Poder Legislativo. Por outro lado, é imprevisível a ocorrência de um "superávit", na arrecadação pois, se isto fosse possível, a mesma deveria estar contida na proposta.

Assim, o Sr. Governador poderá solicitar a esta Assembléia Legislativa tantas autorizações quantas forem necessárias para abertura de novos créditos. Pela aprovação.

EMENDA Nº 10 — Pelas razões anteriormente expostas, é de ser também acolhida a presente emenda.

IV — CONCLUSÃO

Em face da argumentação apresentada, somos favoráveis à aprovação do presente plano de lei, bem como as emendas aqui analisadas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 8 de novembro de 1977.

ANTONIO FACCI - Relator FRANCISCO ESCORSIN - Contra
JORGE SATO - Presidente - Contra DENI SCHWARTZ
EGON PUDELL - Contra DOMÍCIO SCARAMELLA